

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.907.799/0001-92
Belo Horizonte - MG

Sá Carvalho S.A.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais, exceto Resultado por lote de mil ações)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
RECEITAS	15	65.252	58.197
CUSTOS OPERACIONAIS	16		
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(8.091)	(30.970)
		(8.091)	(30.970)
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Pessoal	16a	(1.845)	(1.501)
Serviços de Terceiros	16b	(5.091)	(2.939)
Depreciação		(5.542)	(5.527)
Seguros		(57)	(47)
Materiais		(514)	(368)
		(13.049)	(10.382)
CUSTO TOTAL	16	(21.140)	(41.352)
LUCRO BRUTO		44.112	16.845
DESPESA OPERACIONAL			
Despesas Gerais e Administrativas		(382)	(300)
Outras Despesas Operacionais		(440)	(225)
	16	(822)	(525)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		43.290	16.320
Receitas Financeiras	17	4.014	2.966
Despesas Financeiras	17	(91)	(172)
		3.923	2.794
Resultado Antes dos Impostos		47.213	19.114
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12	(15.495)	(6.508)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	1.014	1.116
RESULTADO DO EXERCÍCIO		32.732	13.722
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES		90,60	37,99

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	32.732	13.722
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	32.732	13.722

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2016	2015
Resultado do Exercício	32.732	13.722
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	5.542	5.527
Impostos sobre o Lucro	14.481	5.392
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	(3.636)	(3.035)
	49.119	21.606
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(604)	(257)
Tributos Compensáveis	55	473
Serviços em Curso	(48)	(992)
Despesas Pagas Antecipadamente	(57)	2
Outros Créditos	(6)	1
Tributos Diferidos	1.014	1.070
Depósito judicial	(552)	
	(198)	297
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	1.144	(993)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(141)	(5)
Tributos	6.710	(1.569)
Encargos Setoriais	(706)	1.155
Outras Obrigações	12	131
	7.019	(1.281)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	55.940	20.622
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(14.032)	(5.342)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	41.908	15.280

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Títulos e Valores Mobiliários	(4.485)	12.930
Imobilizado	(974)	(1.252)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.459)	11.678

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(23.600)	(32.639)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(23.600)	(32.639)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.849	(5.681)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No início do exercício	1.254	6.935
No fim do exercício	14.103	1.254
	12.849	(5.681)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. ("Companhia" ou "Sá Carvalho"), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho através da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias – Minas Gerais.

A Companhia é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"). Em 15 de dezembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a APERAM INOX AMERICA DO SUL, para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela empresa em Timóteo – Minas Gerais.

A Companhia tem a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho, a qual foi concedida em 1º de dezembro de 1994, com validade até 1º de dezembro de 2024.

A Companhia mantém convênios com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") para serviços de gestão e consultoria.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 08 de junho de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias;
- Nota 8 – Depreciação;
- Nota 10 – Provisões;
- Nota 14 – Receita Não Faturada; e
- Nota 17 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 7 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

c) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

d) Receita

As receitas de fornecimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

f) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Financeiras como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a receber esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.